

A celebração entre o sagrado e o profano: os rituais festivos da irmandade de Nossa Senhora das Mercês de Mariana (Minas Gerais, séculos XVIII-XIX)

Celebration between the sacred and the profane: the festive rituals of the brotherhood of Nossa Senhora das Mercês of Mariana (Minas Gerais, XVIII-XIX centuries)

*Vanessa Cerqueira Teixeira**

Resumo: O artigo em questão propõe a análise da religiosidade vivenciada, a partir dos rituais festivos no interior da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês, localizada na cidade de Mariana. Na Capitania de Minas Gerais, entre os séculos XVIII e XIX, as associações leigas sob esta invocação foram difundidas pelos “pretos-crioulos”, enquanto escravos ou forros. Articulando temas caros à devoção mercedária, como a libertação dos cativos e das almas do purgatório, discutiremos a importância das festividades na vida religiosa dos fiéis no meio confrarial, como a celebração do dia de Nossa Senhora das Mercês. Nesse sentido, a partir de uma perspectiva cultural, utilizaremos as documentações institucionais que nos proporcionam uma visão das normas, mas também do

Abstract: This paper proposes an analysis about the religiosity experienced based on the festive rituals inside the Brotherhood of Nossa Senhora das Mercês located on the city of Mariana. At the Capitania de Minas Gerais, between the XVIII and XIX centuries, the lay associations under this invocation were widespread by the “creole africans”, being themselves slaves or released slaves. Articulating themes that were important to the Nossa Senhora das Mercês devotion, like the release of the slaves and the freeing of the souls from the purgatory, we shall discuss the significance of the festivities on the religious life of the believers at the brotherhood’s environment, like the celebration of the Nossa Senhora das Mercês day. For that matter, using a cultural perspective, we’ll use the

* Graduada em História (Licenciatura e Bacharelado), pela Universidade Federal de Viçosa, mestre em História, pela Universidade Federal de Juiz de Fora e doutoranda em História, pela Universidade Federal de Ouro Preto. vanessa.teixeira@ufv.br; vanessa_vct@hotmail.com

cotidiano dessas associações, como os Livros de Compromisso, Livros de Entrada, Livros de Receita e Despesa, Livros de Termos e Atas de Reuniões.

Palavras-chave: Associações Leigas. Festas. Religiosidade.

institutional documents that will provide us a vision about the rules, but also about the routine of these associations, like the Commitment's Book, the Entries Book, the Revenues and Expenses Book, the Terms Book and the Meeting Minutes.

Keywords: Lay associations. Celebrations. Religiosity.

Introdução

A história de Nossa Senhora das Mercês tem origem espanhola, datada aproximadamente de 1218, período marcado pela dominação dos mouros, que tomavam parte da Península Ibérica e obrigavam os cristãos a se tornarem seus cativos. (SILVA, 2012; TRINDADE, 1959). A Ordem Real e Militar de Nossa Senhora das Mercês da Redenção dos Cativos surgiu através dos investimentos de São Pedro Nolasco e São Raimundo da Penaforte, com o rei Jaime I. Segundo relatos tão antigos quanto o histórico dessa invocação, a Virgem teria aparecido em sonho para os três homens em uma mesma noite, solicitando a intercessão pelos fiéis que se encontravam em cativeiro. Em vista disso, eles constituiriam a Ordem com votos de castidade, obediência e pobreza. Como também deveriam proporcionar a libertação dos escravizados, desempenhariam assim seu fim militar. Logo a devoção se espalhou por toda a Europa e o Novo Mundo. (SILVA, 2012; PRECIOSO, 2014). A partir de uma inspiração europeia, e não como uma transposição completa, as associações leigas¹ – também comumente denominadas irmandades ou confrarias –, bem como o caso específico da devoção mercedária, se desenvolveriam de forma diferenciada em diversas localidades, a partir do contexto, dos grupos sociais e das particularidades encontradas.

Os primeiros mercedários que chegaram ao Brasil, mais exatamente em Belém do Pará, vieram do Peru com Pedro Teixeira em 1639. Muito difundida no litoral através de militares e cativos, a devoção ganhou espaço em diversas regiões, principalmente por seu caráter assistencialista, (COELHO, 2005). Na região mineira² esteve intimamente ligada aos “pretos-crioulos”,³ e sua grande difusão, segundo Augusto de Lima Júnior (2008), ocorreu principalmente através dos escravos pela crença e pelo desejo de libertação. De acordo com Caio Boschi (1986), entre os séculos XVIII e XIX foram fundadas vinte associações sob a devoção de Nossa Senhora das Mercês na região, e optamos pela escolha de uma delas para a realização de nossos

estudos: a Irmandade de Nossa Senhora das Mercês de Mariana.⁴ Ao longo de nossas pesquisas foi indispensável, porém, estabelecer comparações entre outras irmandades mercedárias, bem como com outras associações da cidade de Mariana. A Irmandade de Nossa Senhora das Mercês dessa localidade foi criada em 1749 pelos então denominados “pretos-crioulos”, indivíduos de ascendência africana, que se entendiam como “nacionais do Reino e Conquista de Portugal”.⁵

Dito isso, o objetivo do presente artigo é, a partir da História Cultural,⁶ adentrar no universo das irmandades religiosas, no período colonial mineiro e, em especial, da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês de Mariana. Para além de uma visão institucional sobre sua organização, suas funções e sua dinâmica interna, abordaremos aqui apenas a temática específica dos seus rituais festivos, que tinham como intuito unir, socializar e exteriorizar a religiosidade em celebração. Dessa forma, recorreremos às documentações institucionais que nos proporcionam uma visão das normas, como seus Estatutos ou Livros de Compromisso, mas também às fontes que lançam luz quanto ao seu cotidiano, como os Livros de Entrada, Livros de Receita e Despesa, Livros de Termos e Atas de Reuniões. Ao longo do ano, os fiéis se reuniam em suas capelas para a promoção do culto católico, das festividades, das cerimônias fúnebres, das eleições aos cargos dirigentes, além das reuniões para a preservação e manutenção de suas funções. Era no interior de seus templos, sem desconsiderar a importância da relação da construção destes com o espaço urbano, que a vida confrarial e as práticas religiosas compartilhadas ganhavam forma, como veremos a seguir.

A celebração entre o sagrado e o profano

As festividades em homenagem aos santos, às invocações marianas e às divindades, segundo Pierre Sanchis (1992), faziam parte de um “imaginário da promessa”. Uma consciência de sacrifício entrava em jogo na ação dos devotos em se candidatarem para a realização dos festejos e na doação de esmolas. O próprio juizado formado no âmbito confrarial exclusivamente para a elaboração das festas recebia o nome de “juizado de promessa” ou “juizado por devoção”. Herdeira do medievo e componente permanente das sociedades portuguesas modernas, a festa aos santos patronos e protetores consiste em um dos ritos mais importantes do catolicismo, principalmente no que tange à vivência da religiosidade por parte dos fiéis. Sagrado e profano convergem-se em meio ao desenvolvimento ritual. (MARQUES, 2000; PENTEADO, 2000).⁷

As pessoas perambulam por esses espaços comendo, cantando, tocando instrumentos, numa mistura constante, sendo impossível distinguir entre o sagrado e o profano na medida em que a ocasião como que sacraliza o espaço e as ações como um todo, mas ao mesmo tempo, sob uma outra ótica, tudo é profanado. Enfim, a dificuldade das autoridades definirem o que é permitido parecer a ver justamente com a dificuldade em definir os limites entre o sagrado e o profano, entre a devoção e a profanação. (SOARES, 2000, p. 173).

Uma maior distinção entre sagrado e profano, contudo, pode ser percebida mais no discurso eclesiástico do que na própria vivência ritual dos fiéis. No período colonial mineiro, muitos conflitos se desenrolaram com as autoridades eclesiásticas quanto à conduta dos homens de cor durante as mais diversas festividades, principalmente entre os africanos. Em visitas pastorais muito se falou sobre resquícios de “africanidades”, “gentilismos” e “profanidades”, geralmente em referência aos ajuntamentos noturnos em tabernas, casas ou cemitérios.⁸ Também foram comuns as reclamações dos bispos quanto aos “batuques” envolvendo bailes, músicas e danças sensuais de “natureza escandalosa”. (RODRIGUES, 2004).

Já no contexto das associações religiosas leigas e das festividades em suas capelas, a Igreja condenava a realização de missas com músicas mundanas e festas com danças, fogos de artifício, barracas de comidas, bebidas e batuques. Em visita de Dom Frei João da Cruz à Matriz de Nossa Senhora da Conceição da Vila do Carmo em 1743, por exemplo, foi possível observar a repreensão quanto às “profanidades” dos rituais festivos.

E porque temos notícia que nesta Villa e suas cercanias se costumão celebrar algumas festas de Santos como a do Senhor do Bomfim e outras com tanta profanidade e prejuízo de almas christans e com tão profanos dispêndios que demais desconformes estão empenhados sem poderem satisfazer ao que se obrigarão para a sua mesma Igreja [ilegível] a que se fação os ditos festejos profanos que mais ofendem do que agradão a Deos, pelo que mandamos celebre jamais, que nenhum juiz nem Irmaons, nenhuma confraria nem pessoa alguma celebre as mesmas festas com comidas, óperas, bailes, máscaras, touros e entremezes porque tudo isto prohibimos com pena de excomunhão [...] (CARNEIRO, 2004, p. 68).

Muitos desses elementos, contudo, eram herança das confrarias medievais, como os banquetes, pois comer e beber junto possuía uma força simbólica e reforçava a convivência, a solidariedade e a sociabilidade. Os visitantes eclesiais queixavam-se também dos altos gastos das irmandades com festividades, vistos como “ vaidades ”; e, além disso, insistiam na “ adequação precisa dos gastos à natureza das contribuições. As glosas contra o fausto e ostentação das festas, além de refletirem as orientações tridentinas de extirpação de excessos heterodoxos, partiam deste princípio ”. (AGUIAR, 2001, p. 371).

Os dispendiosos gastos também se justificavam pelas tensões e disputas entre os fiéis e suas irmandades, refletidos nas manifestações artísticas, no destaque dos templos, das festas e procissões. (SALLES, 1963). Cada irmandade possuía seu próprio calendário festivo, homenageando seus santos de devoção, mas existiam também as festividades que agregavam várias irmandades, como a encenação da Paixão de Cristo, a Semana Santa e a Quaresma (BORGES, 2005). A religiosidade e o interesse de distinção social caminhavam lado a lado nas sociedades de Antigo Regime, e, como bem apresentou Daniel Precioso (2014), as festividades também eram momentos de demarcação de *status* e de uso de recursos simbólicos de reconhecimento das hierarquias sociais. As procissões são um ótimo exemplo disso. É importante esclarecer que a diferença racial não era o critério de precedência nas procissões, mas a antiguidade das irmandades, o que também gerava grandes conflitos (AGUIAR, 2001).

A ocupação de determinados lugares no cortejo conferia prestígio, por isso, muitas irmandades travaram pleito para conseguir uma melhor colocação na estrutura ritualística. A distinção nas procissões refletia um sistema baseado na organização de poder que, de certa forma, retratava a própria sociedade. (BORGES, 2005, p. 163).

Os critérios de precedência admitiam a inversão hierárquica social e religiosa. Vale destacar que a preferência era vir em último lugar, e não em primeiro como habitualmente imaginaríamos. A associação mais antiga viria, portanto, por último. (AGUIAR, 1993). Segundo Célia Borges (2005), embora as procissões noturnas fossem proibidas pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia,⁹ eram as preferidas da população, que utilizavam tochas e velas criando um grande espaço cênico. As festividades eram os momentos mais esperados do ano, justificando toda a preocupação com a composição e a arrecadação de recursos para o melhor resultado possível.

As vilas preparavam-se com um grande cenário. Os efeitos luminosos, tochas e velas acesas, o som das matracas, os cânticos e sinos das igrejas, enfim, todo o aparato cênico envolvia cânticos, cuja dinâmica atraía a atenção dos presentes, seduzindo-os para o conteúdo da religião. [...] Nesta manifestação de arte barroca, a conjugação de cores e luzes, mais os diversos símbolos religiosos (pálio, cruzeiros, guião, incenso), ajudava a produzir nos fiéis um estado de êxtase que levava ao entorpecimento dos sentidos. (BORGES, 2005, p. 162).

Para além da atuação de uma Igreja reformista, as festas barrocas, por exemplo, podem ser analisadas a partir da sua organização por parte dos fiéis, em suas associações religiosas no universo colonial. A constituição e o compartilhamento de estatutos sociais, a manutenção da ordem e a reafirmação das hierarquias se realizavam no âmbito das agremiações religiosas, não estando relacionadas apenas como uma atitude vista de “cima para baixo”. Entretanto, essas festividades não recorriam apenas aos elementos oficiais da doutrina cristã, mesclando aspectos considerados sagrados e profanos. Todavia, precisamos estar cientes das limitações impostas pela grande maioria das fontes documentais, pois certamente muitas “africanidades” existiam em meio ao culto católico, mas registros sobre elas dificilmente chegam até o historiador. Com isso, as análises acabam restritas às visões deturpadas e críticas de relatos de viagens ou dos próprios eclesiais, como nas visitas pastorais ou processos inquisitoriais.

As festas desempenharam um importante papel na conversão ao catolicismo e na socialização do africano e seus descendentes, na condição de escravos ou forros. Como expôs Célia Borges (2005), inúmeros elementos possibilitavam a reordenação cultural entre os diversos grupos que interagiam no meio confraternal mineiro, como as dramatizações e encenações produzidas pelas irmandades, os cultos, o ritual em torno da morte, os poderes simbólicos da imaginária barroca e ainda o aspecto mágico presente entre promessa-milagre. De forma geral, na sociedade colonial mineira o conteúdo das festas barrocas cristãs¹⁰ era articulado a outras manifestações artísticas pertencentes às mais diversas culturas africanas, o que promovia uma nova simbologia.

Segundo Adriana Sampaio Evangelista (2011, p. 535), a região mineira foi o cenário de inúmeras festividades “conformadas pela estética barroca que recorria ao luxo, aos efeitos cenográficos e à pompa das cerimônias

como estratégia de encantamento e de persuasão. Neste sentido a festa religiosa barroca se fundia ao profano”. Usualmente as festas eram compostas pelos mesmos elementos e recursos lúdicos conjugados, como o sermão, a missa, a novena, as procissões, a comida, a bebida, a música, os fogos de artifício, e tudo que abrilhantasse o espetáculo com ostentação visual. Entretanto, elas possuíam também a função de reatualizar os fiéis nos ensinamentos da doutrina cristã, além de reforçar a ordem, as fronteiras e as demarcações hierárquicas. Assim, os altos gastos eram justificáveis. A autora analisou em especial as festividades em função da chegada dos comissários das ordens terceiras em Minas, o que direcionou sua pesquisa para o contexto associativo dos fiéis, e não para os rituais de entrada de autoridades eclesiásticas, como bispos, por exemplo.

A partir dessas questões, podemos pensar o caso específico das festividades no meio confrarial mercedário em Mariana.

O dia 24 de setembro: a Festa de Nossa Senhora das Mercês

Ao longo de todos os anos, desde o momento da ereção de sua capela, por volta de 1769,¹¹ os fiéis da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês de Mariana se reuniam em seu templo para a promoção do culto católico, das cerimônias fúnebres, da admissão de novos irmãos, das eleições dos membros que ocupariam os cargos dirigentes, das reuniões para a preservação e manutenção de suas funções, da contratação de capelães,¹² como também das festividades. Conforme previsto nas normas redigidas nas páginas de seu Livro de Compromisso,¹³ a festa dedicada à Nossa Senhora das Mercês deveria ser sempre realizada no domingo, mesmo acontecendo posteriormente ao seu dia, 24 de setembro. E era composta, como mandava o costume, pela celebração de missas rezadas ou cantadas, escolhidas de acordo com as possibilidades financeiras do ano, além de novenas, procissões, sermões, música, ladainha, exposição do Santíssimo Sacramento, o hino cristão *Tē Deum Laudamus* e jubileus. É interessante ressaltar que era nos jubileus do dia da Senhora das Mercês que os membros aproveitavam para realizar a confissão com seu capelão. Durante a festa ocorreria, ainda, quando houvesse recurso disponível, o auxílio para o dote de casamento de alguma irmã ainda moça, a libertação de algum irmão preso na cadeia, não podendo este ter roubado ou matado, e a libertação de algum irmão escravo. A agremiação também discutiu em suas normas o interesse em conceder alforrias aos irmãos cativos, que fossem zelosos por sua irmandade, sendo auxiliados pelos outros membros, para que se coartassem e conseguissem sua liberdade.

A Mesa Administrativa geralmente se reunia para o planejamento da festa em julho, encomendando sermão, realizando eleição de pregador e decidindo todas as despesas, com maior ou menor pompa, de acordo com as condições da irmandade na época.¹⁴ O termo lançado em Ata sobre a deliberação da festa de 15 de agosto de 1812, por exemplo, demonstra a existência de amplos recursos financeiros, pois foi determinada a realização de novena, jubileus, missa cantada solene, sermão com música e procissão no dia da Senhora das Mercês.¹⁵ Inseridas no contexto cultural barroco, as festividades se caracterizavam pela materialização da experiência religiosa, com o gosto pelo lúdico, a comunicação acessível, a linguagem persuasória, o apelo à imaginação e a ênfase visual. (CAMPOS, 2007). Affonso Ávila já ressaltava ser um aspecto comum a todas as manifestações do Barroco,¹⁶ nas Minas Setecentistas, “a preocupação do visual, a busca deliberada da sugestão ótica, a necessidade programática de suscitar, a partir do absoluto enlevo dos olhos, o embevecimento arrebatador e total dos sentidos”. (ÁVILA, 1967, p. 85).

A missa solene, diferente da rezada, se apresentava como um concerto sacro com intenção artística, com longa duração e geralmente realizada pelas irmandades em dias especiais, como a festa do padroeiro, Quaresma, Semana Santa e *Corpus Christi*. Já as missas rezadas eram feitas em voz baixa, pois ocorriam simultaneamente a outras, em uma mesma capela, o que impossibilitava uma participação ativa dos irmãos. Elas não eram dialogadas, como nos dias de hoje, sendo realizadas exclusivamente para se ouvir. (CAMPOS, 2013). Em períodos de recursos escassos, elas eram as mais comuns, pois se comemorava o dia de forma simples, com novena ou procissão, com prioridade para as funções que poderiam ser realizadas pelo capelão, sem maiores transtornos de desrespeito aos direitos paroquiais.¹⁷

Ao buscarmos comparações com outras instituições de Minas, observamos uma descrição detalhada das procissões no Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês de São José Del Rei, atual cidade de Tiradentes, datado de 1796. Segundo seu capítulo quatorze, o juiz iria à frente de todos e atrás do pálido com vara alçada; o escrivão iria atrás do andor de Nossa Senhora; o tesoureiro levaria a cruz; o procurador e o andador iriam atrás dos primeiros regendo as alas e controlando os irmãos. Todos levariam tochas acesas, e a irmandade poderia convidar outra para participar, se assim desejasse. Provavelmente, o capelão iria ao lado do juiz ou à frente dele, e possivelmente tal descrição correspondesse à realidade das demais agremiações.¹⁸

Em São João Del Rei, a festa dedicada à Virgem, ocorria em primeiro de janeiro, mas com as sucessivas reformas do Compromisso, a data foi alterada para o dia 24 de setembro. Nessa agremiação, celebravam-se também outras invocações, como Nossa Senhora do Parto, Nossa Senhora das Dores, o Glorioso Mártir São Manoel e, após 1829, São Pedro Nolasco.¹⁹ A festa de Nossa Senhora do Parto seria realizada no primeiro domingo, após a festa das Mercês, elegendo-se juiz, juíza e irmãos encarregados de sua organização. Estes também precisavam pagar uma quantia de esmola pela ocupação dos cargos, mesmo considerados cargos de devoção exclusivos para a festividade, diferente daqueles dos oficiais. De acordo com seu Compromisso, havia uma devoção à Nossa Senhora do Parto, subsidiária à capela das Mercês, e seus fiéis eram considerados os protetores da festa. Segundo o capítulo dezoito, o mesmo seria válido para as devoções de Nossa Senhora das Dores e do glorioso Martir São Manoel.²⁰

De acordo com Daniel Precioso, como no caso de São João Del Rei, o calendário festivo da Ordem Terceira das Mercês de Baixo de Vila Rica, posterior cidade de Ouro Preto, também era bem variado, com um vasto número de devoções.

O calendário festivo da Ordem contemplava, além do dia da padroeira (24 de setembro) e do patriarca da religião, São Pedro Nolasco (31 de janeiro), o dia de Santo Antônio Abade (17 de janeiro), o dia do Mártir São Lourenço (10 de agosto), o dia de Santa Catarina Virgem e Mártir (25 de novembro), a Quarta-Feira de Cinzas e Quinta-Feira de Endoenças. Na quarta-feira seguinte à semana da Quaresma, era realizada uma Procissão de Penitência [...] (PRECIOSO, 2014, p. 153).

No caso da Irmandade das Mercês de Mariana, em termo de reunião elaborado em 1807, vimos que, nos dias de São Pedro e São Raimundo, era comum ao menos a celebração de missas em homenagem aos fundadores da Ordem. No entanto, em termo de 1811, foi possível perceber com maiores detalhes a realização da festa de São Pedro Nolasco, no dia de 27 de janeiro,²¹ preparada com missa rezada, música e “tudo mais que determinava o costume”. Geralmente alguns irmãos ficavam especificamente encarregados da preparação das festividades, mas não encontramos documentações que expressem a existência de juizados específicos para este ou outro santo no interior da irmandade. Em um Livro de Termos,²² de meados do século

XIX, observamos a existência de “mesários de Nossa Senhora das Mercês e São Pedro Nolasco”, não sabendo, entretanto, se fazia referência a cargos distintos ou se a devoção a São Pedro Nolasco era considerada em conjunto com as Mercês.

A partir do Livro de Receita e Despesas,²³ foi possível observar que grandes gastos em diversas contas da irmandade correspondiam às festividades, ao pagamento do capelão e às missas rezadas por eles pelas almas dos irmãos falecidos. As obras realizadas também geravam gastos volumosos, que eram responsabilidade dos membros. A dificuldade em arcar com as despesas dos cultos e das festividades constituía uma realidade de muitas associações. Na primeira metade do século XIX, por exemplo, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Mariana considerava-se decadente, tendo pouco dinheiro para investir em suas festas, e é preciso levar em consideração que para sua realização reuniam-se todas as três irmandades alocadas no templo.²⁴ De acordo com Julita Scarano (1978), a construção das capelas, sua ornamentação, a confecção de imagens de santos e as festividades acarretavam despesas das irmandades de homens de cor. Os gastos com os ritos e os cultos, como a música e os sermões, tinham grande importância para essas associações, sendo reduzidos apenas nos anos de construção do templo, pois as obras exigiam mais despesas.

Com isso, constata-se o interesse dos associados no investimento de seus poucos recursos financeiros, sempre destinados aos fins religiosos. Em 1817, por exemplo, a Irmandade das Mercês de Mariana registrou a quantia de 164\$225 réis com os gastos de suas festividades, incluindo missas cantadas, procissão, novenas, sermão, jubileus e música. Mais 30\$622 réis foram destinados ao pagamento pelos serviços de seu capelão comissário ao longo de todo o ano. Já em 1818, 6\$000 réis foram investidos em missas pelas almas dos membros; 29\$804 réis foram para o pagamento do capelão, do sacristão e do andador; 9\$600 réis para obras no telhado da capela; e todo o restante calculado em 108\$967 réis foi para as festividades. Outras despesas também eram descritas, mas com menor frequência, como hóstias, vinho, cera, utensílios para o culto, azeite, papel, alfinetes, esquifes, pequenos concertos, entre outras coisas.

As missas pelas almas custavam \$600 réis cada, e foram geralmente contabilizadas separadamente das missas realizadas em datas festivas e do valor pago aos capelães pelas missas semanais. Com toda certeza, tinham importância para os membros, sempre presentes nos registros de todos os anos, mesmo que em menor escala em alguns deles. No ano de 1828, por

exemplo, foram rezadas 98 missas pelas almas, somando a quantia de 58\$800 réis; no ano de 1829 foram celebradas 109 missas pela quantia de 65\$400 réis; e no ano de 1830 um total de 80 missas a 48\$000 réis.²⁵ Em suas pesquisas, Marcos Aguiar demonstrou que, em irmandades de homens de cor, os gastos com as festas foram muito maiores do que os gastos com as missas pelas almas, pois para os negros as festividades seriam consideradas mais importantes, além do fato de que sua ausência poderia ocasionar um afastamento dos membros e a diminuição dos pagamentos.²⁶ Essa questão, contudo, não tira a importância dos sufrágios, que também geravam ampla despesa para os confrades.

O imaginário acerca do terceiro local, que se difundiu ao longo do século XII e percorreu a Idade Moderna, também foi tema recorrente em meio às irmandades, pois elas tinham como uma de suas funções principais o auxílio de seus membros em meio à vida, às doenças e após a morte. (LE GOFF, 1981; VOVELLE, 2010). A constituição de uma “economia das almas” ou uma “economia da salvação” no interior das associações leigas pode, assim, ser observada a partir das práticas religiosas. Os “bens de salvação” tão caros à escatologia católica correspondiam à quantidade de missas e orações oferecidas à alma de cada irmão morto, à acumulação de indulgências, ao número de pessoas presente nos enterros, aos lugares ocupados no sepultamento no interior dos templos, à escolha das mortalhas, e aos legados pios deixados aos familiares, aos mais necessitados e às irmandades nas fontes testamentárias. (FURTADO, 2001; CAMPOS, 2007). Todas essas alternativas eram conjugadas em função da remição a prazo dos pecados leves cometidos em vida (veniais) durante a estadia do fiel no purgatório,²⁷ e também faziam parte da vivência confrarial em um investimento cotidiano dos confrades. (LE GOFF, 1981; VOVELLE, 2010).

Considerações finais

As associações leigas, divididas entre irmandades, confrarias e ordens terceiras, tiveram papel preponderante na vida dos fiéis durante todo o período colonial, seja no âmbito religioso, social, político, econômico, seja no cultural. Na Capitania de Minas Gerais, entre os séculos XVIII e XIX, as irmandades dedicadas à devoção a Nossa Senhora das Mercês foram difundidas pelos “pretos-crioulos”, entre escravos ou forros. Com o intuito inicial de promover a libertação dos cristãos cativos sob o poderio mouro, nos séculos finais do medievo, o culto mercedário foi reconstruído em um

novo contexto e a partir de novas demandas, passando a se relacionar com a libertação dos indivíduos de ascendência africana, também escravizados.

Cientes das limitações das fontes documentais a que tivemos acesso, buscamos aqui pontuar algumas questões sobre a vida religiosa, as normas e os costumes desses irmãos agremiados, destacando a temática das festividades, com a celebração do dia de Nossa Senhora das Mercês. Com base nos documentos institucionais, como os Livros de Compromisso, entramos em contato com indicações ou descrições básicas e bem sucintas da composição ritual, sendo necessário um cruzamento com outras tipologias documentais que esclarecessem aspectos do cotidiano e da dinâmica interna. Sendo assim, recorreremos aos outros livros confrariais, buscando as decisões tomadas em termos de reuniões e a descrição de despesas. Além disso, para uma visão um pouco mais ampliada do contexto colonial mineiro, articulamos nossas análises com as diretrizes propostas pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia e a visão das autoridades eclesiásticas em suas visitas pastorais.

Apesar da escassez das fontes, pela dificuldade em encontrar maior variedade de tipologias documentais para cada agremiação e pelo fato de elas raramente abarcarem um recorte temporal mais completo, o presente artigo almejou lançar alguma luz às temáticas do associativismo leigo e das práticas religiosas vivenciadas, reafirmando a importância dos ritos festivos, enquanto integradores dos fiéis agremiados em socialização. Destaca-se aqui principalmente o caso dos africanos e de seus descendentes convertidos ao catolicismo, que buscaram a participação no meio confraternal, desde os irmãos que atuavam ativamente nas decisões da Mesa Administrativa até o conjunto de fiéis que compartilhava do espaço sagrado dos templos, com a adesão ao culto, aos elementos oficiais da doutrina cristã e aos rituais católicos, também os reconstituindo com novos significados. Todavia, como ressaltamos acima, devemos nos indagar que certamente muitas “africanidades” existiram em meio ao culto católico, embora registros sobre elas dificilmente cheguem até o historiador.

É interessante ainda ressaltar que a historiografia centrou-se constantemente no caráter hierárquico de distinção, ordenamento e controle social presente nos ritos, festejos e nas celebrações públicas. Entretanto, essa visão precisa ser sempre equilibrada com suas funções de unir e socializar, como visto em Émile Durkheim (1996). Como chamou a atenção Sérgio da Mata (2002, p. 197), “os ritos reforçam a unidade do corpo social sem que isso implique uma pura e simples anulação das diferenças existentes”.

Análises pautadas apenas em hierarquias e segregações perdem de vista as interações socioculturais existentes, principalmente quando estamos diante de uma realidade tão fluida, plural e multifacetada como as Minas Setecentistas.

Notas

¹ Consagradas sob a proteção de um santo, as associações leigas se destacaram pela caridade e pelo auxílio mútuo assumido no momento de sua constituição, promovendo a doação de esmolas aos membros pobres, a assistência aos doentes e a realização de preces e sufrágios aos irmãos defuntos. Possibilitavam a identificação grupal e a formação do parentesco artificial, sempre pautadas na solidariedade fraternal nesse mundo e no além. Entretanto, segundo o Código Canônico, há distinções quanto à tipologia dessas associações. Quando as instituições eram reguladas por Estatutos, formavam uma organização hierarquizada com caráter seletivo e restritivo de admissão de seus membros, e seriam chamadas de irmandades. As confrarias seriam as associações mais voltadas à promoção de eventos e cultos religiosos públicos. Entretanto, há uma grande dificuldade de coerência quanto aos conceitos de irmandade e confraria, e muitos autores preferem não fazer distinção entre eles, pois, em diferentes casos, uma irmandade se denomina confraria e vice-versa. Quando uma confraria tem o poder de agregar outras confrarias e ainda conceder privilégios e indulgências, tornar-se-á uma arquiconfraria. As ordens terceiras eram as associações que se preocupavam com os

ideais de perfeição da vida cristã e eram administradas pelas normas e costumes específicos da ordem a que pertenciam. As irmandades e confrarias respondiam ao bispo diocesano e eram subordinadas ao clero secular; enquanto as ordens terceiras respondiam à ordem monástica à que se filiavam, o clero regular. Destacamos que utilizamos “associações leigas” para nos referirmos às “irmandades” e “confrarias”, e utilizamos ambas com o mesmo sentido. (SALLES, 1963; BOSCHI, 1986; BORGES, 2005).

² Cada grupo social possuía uma irmandade e vários fatores definiam seus membros, sendo possível ainda o pertencimento a diversas associações. Em meio às distinções sociais, Fritz Teixeira de Salles (1963) pontuou as preferências de cada grupo ao escolher uma agremiação nas Minas, mas é preciso ressaltar que, a partir de pesquisas recentes, observamos como pode ser fluida tal estruturação de grupos sociais no interior das irmandades. De acordo com o autor, os homens brancos geralmente se assentavam nas irmandades do Santíssimo Sacramento, Nossa Senhora da Conceição, São Miguel e Almas e Bom Jesus dos Passos. Em meados do XVIII, surgiriam as Ordens Terceiras de São Francisco de Assis e Nossa Senhora do Carmo, que também atraíam

as elites locais. Os negros, africanos escravos ou forros, se associavam às Irmandades de Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Santa Efigênia, já os pardos se associavam a São Gonçalo e os crioulos à Irmandade de Nossa Senhora das Mercês.

³ De acordo com Sheila Faria (1998), os africanos eram denominados “pretos” ou “negros”, o que demarcava seu caráter estrangeiro e a condição atual ou passada de cativo; o termo *crioulo*, segundo Libby e Frank (2009), se referia ao negro nascido no Brasil com ascendência africana, o que demarcava distinções de cor e procedência. O crioulo poderia ser escravo ou forro, assim como o africano, mas também poderia nascer livre, se filho de mãe livre ou liberta.

⁴ Optamos pela análise da invocação mercedária por ser a associação leiga que agregava o grupo específico dos crioulos nas Minas Setecentistas, além do histórico particular da devoção, que convergia a libertação dos cativos e a libertação das almas no purgatório, o que também auxiliou no desenvolvimento de discussões sobre a religiosidade e o contexto cultural barroco. Esclarecemos que a escolha da localidade ocorreria por uma série de fatores, como a ausência de estudos, por ser um importante núcleo urbano e minerador, além de uma região privilegiada enquanto sede do bispado. Em vista disso, nossa escolha não poderia, entretanto, ter sido mais acertada, visto que a maioria das associações religiosas de Mariana não possui mais seus Livros de Compromisso no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da cidade. Tal documentação institucional corresponde às principais normas e diretrizes que guiavam as ações de seus membros, e foram analisadas juntamente às demais fontes próprias ao cotidiano da irmandade, como os Livros de Entrada, Livros de Receita e Despesa, Livros de Termos e Atas de Reuniões.

⁵ Cf. AEAM. Livro de Compromisso. Irmandade Escapulário das Mercês de Mariana. 1771. Armário 8, prateleira 1.

⁶ A formação de uma história cultural entre as décadas de 1970 e 1980 teve como objetivo a identificação de uma determinada realidade socialmente construída em um determinado tempo e espaço. Nesse caminho, três conceitos apareceram como fundamentais, a saber, as práticas, as representações e a apropriação. Para além de resgatar o estudo dos grupos e das estratificações, o papel dos indivíduos como agentes ativos e em constante interação foi reafirmado, destacando as vivências, os conflitos e as relações. As representações, enquanto percepções do social, não seriam discursos neutros, pois poderiam produzir estratégias impondo uma autoridade. Por isso a importância de se pensar nas lutas de representação. Quanto à apropriação, é preciso destacar que consiste no mecanismo de recepção e do uso diferenciado dos referenciais. No lugar de uma leitura passiva da realidade, em que um determinado sentido estaria intrínseco às mensagens e precisasse apenas ser compreendido, buscamos a atuação dos sujeitos no processo interpretativo. (CHARTIER, 2002).

⁷ Ao discutir a relação entre o sagrado e o profano, Émile Durkheim (1996) nos mostra a existência de dois mundos em que não há nada em comum, além de serem rivais e possuírem energias completamente opostas. Há, entretanto, a possibilidade de contato entre sagrado e profano, caso contrário, a ideia de sagrado não serviria de nada para o homem. Mircea Eliade (1992) também elaborara grandes discussões a respeito da oposição entre o sagrado e o profano, refletindo sobre a visão bipartida. De forma sintetizada, para ele “o sagrado e o profano constituem duas modalidades de ser no Mundo, duas

situações existenciais assumidas pelo homem ao longo da sua história”. (ELIADE, 1992, p. 14-15).

⁸ Uma visita pastoral de Dom Frei Antônio de Guadalupe relata essa situação em 1726 na Vila do Carmo: “Somos informados que alguns Escravos principalmente da costa da Mina retém em si ainda relíquias da sua gentildade ajuntando-se de noite em vozes com instrumentos em sufrágios de seus falecidos ou quem mais he(?), em algumas tabernas se sentão comprando varias comidas e bebidas que depois de comerem e beberem lanção por terra talvez em cima das sepulturas dos defuntos. Portanto recomendamos aos R.dos Párocos e Capellaens [...] fação desterrar estes abusos, condenando a trez oitavas para a Sé ou Meirinho qualquer pessoa que em sua caza recolha, ajude ou favoreça nestas superstiçoens aos ditos escravos, avisando também a seus senhores que os emendem, aliás se procederá contra eles como for justa, como consentimos”. (RODRIGUES, 2004, p. 37).

⁹ VIDE, Sebastião Monteiro da. (Arcebispo, 1643-1722). **Constituições Primeiras do Arcebisado da Bahia** feitas e ordenadas pelo Illustrissimo, e Reverendissimo Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide: propostas, e aceitas em o Synodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho do anno de 1707. São Paulo: Tipografia 2 de Dezembro de Antonio Louzada Antunes, 1853. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/222291>>. Acesso em: 24 mar. 2017.

¹⁰ Aqui podemos citar duas famosas festas barrocas em Vila Rica, na Capitania de Minas Gerais: o Triunfo Eucarístico de 1733 e o Áureo Trono Episcopal de 1748. As festas barrocas e a manifestação geral do Barroco no século XVIII em Minas não são, para Laura de Mello e Souza, algo residual ou tardio, mas sim uma parte

constitutiva da vida cotidiana e “estrutura capaz de conferir sentido e articular as relações sociais”. (SOUZA, 2001, p. 194).

¹¹ A conclusão da Igreja das Mercês se deu por volta de 1769, e em um dos Livros de Entrada da associação conferimos a informação de que o registro de um novo membro estava sendo realizado no interior da nova capela nesse ano. Entretanto, tais construções levavam décadas para serem finalizadas. (AEAM. Livro de entrada. Irmandade de Nossa Senhora das Mercês (1749-1810). Prateleira “P”, n. 3).

¹² A escolha do capelão da irmandade também ocorria durante a festa, através de eleição, e ele seria o responsável pela realização dos ritos e das missas durante todo o ano. Juntos os oficiais de Mesa indicariam dois sacerdotes de hábito de São Pedro, para que se escolhesse o mais digno, de bom exemplo de vida e costumes. Dentre suas obrigações, se destacavam: dizer missa na capela e altar próprio de Nossa Senhora das Mercês todos os domingos do ano pelas nove horas da manhã; confessar os fiéis em qualquer um desses dias; celebrar jubileus; lançar o santo escapulário (garantindo privilégios e graças espirituais) a qualquer pessoa que pedir em caso de morte, ajudando o bem morrer ao irmão moribundo; acompanhar a irmandade no enterro; e rezar o terço todo domingo em sua capela. Dessa forma, vemos que a irmandade seguia as disposições previstas nas Constituições Primeiras do Arcebisado da Bahia para a elaboração de seus Estatutos. (AEAM. Livro de Compromisso. Irmandade Escapulário das Mercês de Mariana. 1771. Armário 8, prateleira 1).

¹³ AEAM. Livro de Compromisso. Irmandade Escapulário das Mercês de Mariana. 1771. Armário 8, prateleira 1.

¹⁴ AEAM. Livro de Compromisso. Irmandade Escapulário das Mercês de Mariana. 1771. Armário 8, prateleira 1.

¹⁵ AEAM. Livro de Entrada. Irmandade de Nossa Senhora das Mercês de Mariana (1777-1814). Prateleira “P”, nº 32.

¹⁶ O Barroco foi um estilo artístico que surgiu no século XVI e vigorou até o século XVIII, mantendo uma padronização em suas características, porém adicionando certas especificidades dependentes da localidade e sociedade em que se manifestara. Além de uma formação estilística, o Barroco mostrou-se também como um modo de vida, estabelecendo uma cultura própria. Foi marcado pela exuberância, exagero, dramatização e teatralidade. Originado na Itália, expandiu-se para diferentes países com contextos sociais e religiosos distintos, interagindo com diferentes manifestações culturais e se adaptando às condições encontradas em diferente tempo e espaço. Os primeiros críticos e estudiosos do Barroco classificaram sua criação limitada ao estilo, uma inovação nas artes visuais considerando a arquitetura, pintura e escultura. Contudo, tal visão se ampliaria até alcançar uma expressão cultural, um fenômeno tão abrangente que se relacionaria à arte, música, teatro, festas, literatura e, principalmente, um imaginário religioso. De forma geral, trabalharemos sua manifestação no contexto colonial para além das normas e preceitos estabelecidos em comum acordo com as ações da Igreja e do Estado. Diferentemente das análises que analisam sua expressividade como parte de um projeto catequético e reformador, pretendemos compreender o Barroco como uma forma de intensa exteriorização dos ritos e dos sentimentos, apropriada no cotidiano dos indivíduos associados em diferentes irmandades. Dessa forma, concordamos com as visões de Célia Borges ao propor que o Barroco auxiliaria na difusão do imaginário religioso-católico, conferindo um estatuto de verdade à

vivência do sagrado nas irmandades de negros e seus descendentes; e que a produção artística, como qualquer outra forma de expressão barroca, “não pode simplesmente ser associada ao projeto católico reformador, uma vez que entre a arte produzida pela sociedade e a convencionalizada pelos representantes da ideologia tridentina se interpunha uma tensão permanente”. (BORGES, 2002, p. 1226). MARAVALL, 1997; ÁVILA, 1967.

¹⁷ AEAM. Livro de entrada. Irmandade de Nossa Senhora das Mercês de Mariana (1749-1810). Prateleira “P”, n. 3.

¹⁸ Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês dos pretos crioulos incorporada na sua Igreja, que elles edificarão, ornarão, e paramentarão, na Villa de San Jozé... de 1796. **Projeto Brasiliana USP**. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00604600#page/1/mode/1up>>. Acesso em: 24 mar. 2017.

¹⁹ A Irmandade de São João também celebrava a quaresma: “Será obrigada esta irmandade a continuar no santo exercício da sua via sacra, que há muitos anos costuma fazer; em todas as sextas-feiras da Quaresma, visitando os Passos do Senhor, com todo aquele silêncio, e modéstia, que pede tão religioso ato, acompanhado pelo seu Reverendo Capelão, para oferecer em cada Passo a sua meditação, indo todos em boa ordem, e com toda a devoção, rezando o Padre Nosso e Ave Maria, a qual se fará depois das Trindades às horas que mais comodamente for aos irmãos. Também se fará na tarde da quinta Dominga da Quaresma a Procissão dos sete Passos do senhor que esta irmandade costuma fazer para excitar na memória dos fiéis de Deus a lembrança dos Mistérios dolorosos da Sagrada Paixão, e Morte [...]”. (AMNSP-SJDR. Compromisso. Irmandade de Nossa Senhora das Mercês de São João del-Rei, 1806 (Capítulo 17, p. 20 f.).

²⁰ AMNSP-SJDR. Compromisso. Irmandade de Nossa Senhora das Mercês de São João del-Rei, 1806.

²¹ Segundo um decreto da Ordem das Mercês que encontramos junto ao Compromisso da irmandade de São Gonçalo do Rio Abaixo, o dia de São Pedro era comemorado em 31 de janeiro. AEAM. Compromisso. Irmandade de N. S. das Mercês de São Gonçalo de Rio Abaixo (1782). Armário 8, prateleira 1. Entretanto, o dia de São Pedro Nolasco é comemorado, atualmente, em 29 de janeiro. Disponível em: <<http://cleofas.com.br/291-sao-pedro-nolasco>>. Acesso em: 31 maio 2016.

²² AEAM. Livro de Termos. Confraria Senhora das Mercês de Mariana (1838). Armário 8, prateleira 1.

²³ Os Livros de Receitas e Despesas nos mostram geralmente uma listagem dos recebimentos anuais; as mesadas arrecadadas pelos cargos administrativos; as esmolas, entradas e anuais pagos pelos membros; uma listagem das contas do ano; um resumo geral da receita e da despesa feito pelo tesoureiro; e, no final, a tomada de contas feita pelo Provedor de Capelas e Resíduos e relatada pelo escrivão da provedoria. Infelizmente não foram conservados os registros do século XVIII, mas, a partir da documentação encontrada, conseguimos observar alguns gastos um pouco mais detalhados realizados entre os anos de 1817 e 1836. (AEAM. Livro de Receitas e Despesas. Irmandade de Nossa Senhora das Mercês de Mariana (1816-1855). Prateleira “P”, n. 5).

²⁴ (AEAM. Livro de Termos e Eleições. Irmandade do Rosário (1747-1856). Prateleira “P”, n. 27).

²⁵ (AEAM. Livro de Receitas e Despesas. Irmandade de Nossa Senhora das Mercês de Mariana (1816-1855). Prateleira “P”, n. 5).

²⁶ “A obrigação de missas pela alma dos irmãos defuntos, compreendida como atividade caritativa, constituía traço estrutural da vida associativa, e não deixava de ser estipulada em nenhuma das irmandades de obrigação como compromisso a ser cobrado. As confrarias negras de Minas, na segunda metade do século, continuaram a definir o gesto de demanda de missas com base em suas conveniências econômicas e da compatibilidade que viesse a ter com as prioridades definidas: os festejos da devoção e a manutenção do templo. Isso não significa que os sufrágios não aparecessem como um dos grandes atrativos dessas confrarias, sobretudo para o conjunto específico de confrades, os forros”. (AGUIAR, 2001, p. 367).

²⁷ O imaginário acerca do purgatório não surgiu com o cristianismo primitivo, mas no final do século XII, sendo sua temática discutida, reafirmada e difundida entre os séculos XIV e XVI, principalmente após a Reforma Católica e o Concílio de Trento. Antes visto como um lugar para onde iriam apenas algumas almas que precisassem de purificação, o purgatório passou a ser o destino inevitável da grande maioria dos fiéis que não fossem logo condenados ao inferno. Dessa forma, seria uma etapa ou estágio a ser cumprido pela alma após a morte, visto que a passagem imediata para o céu só ocorreria para os que morressem em estado de santidade com o reconhecimento feito pela Igreja Católica. Ao longo da Idade Moderna também se reafirmava a necessidade da intercessão dos vivos em prol da libertação das almas do purgatório, seja através das obras caritativas, dos sufrágios ou das indulgências (LE GOFF, 1981; VOVELLE, 2010).

Referências

1. Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana:

AEAM. Livro de Compromisso. Irmandade Escapulário das Mercês de Mariana. 1771. Armário 8, prateleira 1.

AEAM. Livro de Receitas e Despesas. Irmandade de Nossa Senhora das Mercês de Mariana (1816-1855). Prateleira “P”, n. 5.

AEAM. Livro de Termos e Eleições. Irmandade do Rosário (1747-1856). Prateleira “P”, n. 27.

AEAM. Livro de Termos. Confraria Senhora das Mercês de Mariana (1838). Armário 8, prateleira 1.

AEAM. Livro de Entrada. Irmandade de Nossa Senhora das Mercês de Mariana (1777-1814). Prateleira “P”, n. 32.

AEAM. Livro de entrada. Irmandade de Nossa Senhora das Mercês de Mariana (1749-1810). Prateleira “P”, n. 3.

AEAM. Compromisso. Irmandade de N. S. das Mercês de São Gonçalo de Rio Abaixo (1782). Armário 8, prateleira 1.

2. Arquivo da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de São João Del Rei:

AMNSP-SJDR. Compromisso. Irmandade de Nossa Senhora das Mercês de São João del-Rei, 1806.

AMNSP-SJDR. Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês dos pretos crioulos incorporada na sua Igreja, que elles edificarão, ornarão, e paramentarão, na Villa de San Jozé... de 1796. Disponível em Projeto Brasileira USP. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00604600#page/1/mode/1up>>. Acesso em: 24 mar. 2017.

3. Fontes documentais impressas

RODRIGUES, Monsenhor Flávio Carneiro. Cadernos Históricos do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana: *As visitas pastorais do século XVIII no Bispado de Mariana*. Mariana: Editora Dom Viçoso, 2004. 1 v.

VIDE, Sebastião Monteiro da. (Arcebispo, 1643-1722). **Constituições Primeiras do Arcebispo da Bahia** feitas, e ordenadas pelo Illustrissimo, e Reverendissimo Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide: propostas, e aceitas em o Synodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho do anno de 1707. São Paulo: Tipografia 2 de Dezembro de Antonio Louzada Antunes, 1853. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/222291>>. Acesso em: 24 mar. 2017.

Referências

- AGUIAR, Marcos Magalhães de. Festas e rituais de inversão hierárquica nas irmandades negras de Minas colonial. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Iris (Org.). *Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa*. 1ed. São Paulo: Edusp, Hucitec, 2001. v. 1.
- _____. *Vila Rica dos confrades: a sociabilidade confrarial entre negros e mulatos no século XVIII*. 1993. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, FFLCH, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1993.
- ÁVILA, Affonso. *Resíduos seiscentistas em Minas: textos do século do ouro e as projeções do mundo barroco*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros, 1967. v. 1.
- BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.
- BORGES, Célia Maia. *Escravos e libertos nas irmandades do rosário: devoção e solidariedade em Minas Gerais, séculos XVIII e XIX*. Juiz de Fora: UFJF, 2005.
- _____. A festa do rosário: a alegoria barroca e a reconstrução das diferenças. *Barroco Ibero Americano*, território, arte, espacio y sociedad, Sevilha, v. II, p. 1224-1231, 2002.
- CAMPOS, Adalgisa Arantes. Escatologia, iconografia e práticas funerárias no barroco nas Geraes. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). *História de Minas Gerais: as minas setecentistas*. Belo Horizonte: Cia. do Tempo; Autêntica, 2007. v. 2.
- _____. *As Irmandades de São Miguel e Almas do Purgatório: culto e iconografia no Setecentos Mineiro*. Belo Horizonte: C/Arte, 2013.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. 2. ed. Lisboa: Difel, 2002.
- COELHO, Beatriz. *Devoção e arte: imaginária religiosa em Minas*. São Paulo: Edusp, 2005.
- DURKHEIM, Emile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano*. Trad. de Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- EVANGELISTA, Adriana Sampaio. Tempo barroco: as visitas pastorais dos comissários das ordens terceiras no século XVIII em Minas Gerais. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 9, n. 22, jul./set. 2011.
- FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FURTADO, J. F. Transitoriedade da vida, eternidade da morte: ritos fúnebres de forros e livres nas Minas setecentistas. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Iris (Org.). *Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: Edusp; Hucitec, 2001. v. 1. p. 397-416.
- LE GOFF, Jacques. *O nascimento do purgatório*. Lisboa: Estampa, 1981.
- LIBBY, Douglas; FRANK, Zephyr. Voltando aos registros paroquiais de Minas colonial: etnicidade em São José do Rio das Mortes, 1780-1810. *Revista Brasileira de História*, v. 29, n. 58, p. 383-415, 2009.
- LIMA JÚNIOR, Augusto de. *História de Nossa Senhora em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2008.
- MARAVALL, José Antônio. *A cultura do barroco: análise de uma estrutura histórica*. São Paulo: Edusp, 1997.

- MARQUES, João Francisco. A renovação das práticas devocionais. In: AZEVEDO, Carlos Moreira (Org.). *História religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. v. 2.
- MATA, Sérgio da. *Chão de Deus: catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais, Brasil, séculos XVIII-XIX*. Berlin: Wiss. Verl., 2002.
- PENTEADO, Pedro. Confrarias. In: AZEVEDO, Carlos Moreira (Org.). *História religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. v. 2.
- PRECIOSO, Daniel. *Terceiros de cor: pardos e crioulos em ordens terceiras e arquiconfrarias (Minas Gerais, 1760-1808)*. 2014. 356 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2014. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1639.pdf>>.
- SALLES, Fritz Teixeira de. *Associações religiosas no ciclo do ouro*. Belo Horizonte: UFMG, 1963.
- SANCHIS, Pierre. *Arraial: festa de um povo. As romarias portuguesas*. Lisboa: Dom Quixote, 1992.
- SCARANO, Julita, *Devoção e escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII*. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1978.
- SILVA, Kellen Cristina. *A Mercês crioula: estudo iconológico da pintura de forro da igreja de Nossa Senhora das Mercês dos Pretos Crioulos de São José Del Rei, 1793-1824*. 2012. 271f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Ciências Sociais Políticas e Jurídicas, Universidade Federal de São João Del-Rei. São João Del-Rei, 2012.
- SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- SOUZA, Laura de Mello e. Festas barrocas e vida cotidiana em Minas Gerais. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Iris (Org.). *Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: Edusp; Hucitec, 2001. v. 1.
- TRINDADE, Cônego Raymundo. Igreja das Mercês de Ouro Preto. Documentos do seu arquivo. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, v. 14, p. 161-162, 1959.
- VOVELLE, Michel. *As almas do purgatório, ou, o trabalho de luto*. São Paulo: Unesp, 2010.